



REFLEXÕES E APONTAMENTOS SOBRE A ARTICULAÇÃO ENTRE O PROTESTANTISMO, A MODERNIDADE E O PROGRESSO NO BRASIL OITOCENTISTA

Doi: 10.4025/8cih.pphuem.4152

Esdras Cordeiro Chavante, UNEPS/ASSIS

Resumo

Em meio às profundas transformações promovidas pela descolonização e emancipação do Brasil no início do século XIX, debates sobre a possibilidade/necessidade da superação das limitações experimentadas até então tomaram vulto. O caminho para a modernidade desejada passava pela via do progresso. Além do desenvolvimento econômico, técnico e material, buscava-se, também, adequar alguns aspectos políticos, sociais e culturais ao “espírito do tempo”. Entre outros, temas relacionados aos direitos civis, dos nacionais e dos estrangeiros e a liberdade religiosa geraram intensas discussões e muita celeuma, acentuadas pela inserção protestante no Segundo Reinado. O protestantismo contou com significativo apoio liberal, não faltando quem conseguisse ver entre alguns dos princípios de ambos, profundas semelhanças. De certa forma, o protestantismo foi identificado com a modernidade, positiva e/ou negativamente, sendo inclusive submetido aos mesmos interditos direcionados ao liberalismo da parte da Sé Romana. Qualquer forma de modernidade que tenha sido construída naquele período carregou a marca indelével das contradições peculiares à experiência brasileira, onde, como exemplo maior, o escravismo ainda vigia. Nossa reflexão recorre às categorias elaboradas por Reinhart Koselleck, espaço de experiência e horizonte de expectativa, para analisar as transformações vividas no século XIX nas diversas esferas da nacionalidade. Pretende-se, neste texto, alinhar reflexões sobre a questão no intuito de identificar e compreender possíveis imbricações entre a presença protestante, a construção da modernidade e a ideia de progresso.

Palavras Chave:

Liberdade Religiosa;
Protestantismo;
Modernidade Brasileira;
Progresso; Brasil
Monárquico.

Introdução

Pretende-se, neste texto, alinhar reflexões e apontamentos sobre as possíveis imbricações entre a presença protestante, a construção da modernidade e a ideia de progresso. Os postos aqui levantados e analisados integram o quadro geral de nossa pesquisa de doutoramento em História, que versa sobre as possíveis articulações do protestantismo com o ideal de progresso e a construção da modernidade no oitocentos brasileiro.

A ideia de modernidade ganha relevo na sociedade brasileira a partir do XIX, entendida como algo a ser alcançado, conquistado, com o objetivo de superar as defasagens morais, técnicas, culturais, política, religiosas e outras, vivenciadas até então. A mais imediata associação que se fazia era com o progresso.

Ao proporcionar a ideia de progresso, a modernidade promoveu o reconhecimento de alguma forma de descompasso, retardamento e mesmo atraso entre as sociedades. Somente por meio do progresso, em seus diversos aspectos, se poderia chegar ao estágio civilizacional das grandes nações europeias. O progresso abre as portas para o futuro.

Neste contexto, Aureliano Cândido Tavares Bastos (1839-1875) publicou *Os Males do Presente e as Esperanças do Futuro* (1861). O texto é um misto de diagnóstico/prognóstico; breve estudo sobre a situação nacional de então e seu potencial e possibilidades de “vir a ser” uma nação moderna.

Nele, o autor identifica “Os Males do Presente” e as mazelas nacionais com o colonizador português, uma vez que “recebíamos o ar vivificante da Europa através do Portugal empestado”. A observação da realidade termina com o desafio de enfrentar a situação e promover as transformações

necessárias para o estabelecimento da modernidade, pela via do progresso. Feito o diagnóstico, surgem as “Esperanças do Futuro” na forma de um plano de trabalho que levará à superação daqueles “males”, despertando a crença nas mudanças, no progresso, olhando o futuro com mais esperança (TAVARES BASTOS, 1976: 29-48).

As posições políticas e econômicas de Tavares Bastos denunciam as fontes essencialmente modernas de seu pensamento, repercutindo ideais da Revolução Francesa e da Independência norte-americana, e sua profunda admiração pela nação e instituições inglesas. Seu discurso expressa bem sua opção política e religiosa, alinhadas aos princípios da fé católica que se coadunava com os ideais marcadamente liberais e comprometidos em promover a assimilação do “espírito do século”.

O liberalismo político de Tavares Bastos não possuía espírito revolucionário, mas reformista, propugnando pela descentralização do Estado e valorização das províncias, reformulação do sistema eleitoral e ampliação do número de votantes, renovação da representação política pela via eleitoral e fim dos cargos vitalícios. Via na monarquia constitucional o regime mais adequado ao Brasil. Sua visão econômica foi sempre livre-cambista, defendendo a inserção do país na economia mundial e a abertura do mercado nacional.

David Gueiros Vieira (1980) atribuiu-lhe o título de “O Apóstolo do Progresso”. É ao redor desse mote que se agregaram outros interesses como a liberdade religiosa, o abolicionismo, a descentralização política do Estado, a reforma do arcabouço legal. O estímulo à imigração foi defendido por seu potencial progressista na expectativa que alavancasse a produção nacional e promovesse o melhoramento técnico de nossa mão de obra. Percebe-se, nele,

acentuado pragmatismo, envolvendo-se apenas com aquelas questões que, em função de sua utilidade, relacionam-se com sua concepção de progresso.

A religião ou temas religiosos aparecem articulados às diversas esferas da realidade social. Há nele um senso de missão e de urgência, um entusiasmo quase apostólico. São frequentes as expressões e palavras com apelo religioso, de conotação teológica e referências a personagens bíblicos e da história do cristianismo.

Nutria interesse pela ética e visão de mundo protestante. Não pela fé reformada. Admirava-se com o progresso e desenvolvimento das “nações protestantes”. Por sua atuação a favor da liberdade religiosa e outros direitos dos acatólicos Tavares Bastos aproximou-se dos protestantes aos quais serviu e apoiou em diversas situações. Sua aproximação com os protestantes fez com que suspeitassem de sua conversão, o que negou veementemente: “Quem isto escreve não é um protestante” (TAVARES BASTOS, 1875: 56). Foi “acusado” de protestante por suas opiniões progressistas e modernizantes, expondo a íntima imbricação entre as questões de fé e o pensamento político e social do período.

Enquanto Tavares Bastos iniciava seus estudos jurídicos em Olinda, chegou ao Brasil o casal Robert Reid Kalley e Sara Poulton Kalley, responsável pela implantação da primeira igreja protestante com atividades em português. Após circularem pelo Rio de Janeiro, instalaram-se em Petrópolis, na vizinhança da residência do Imperador D. Pedro II. No mesmo ano de 1855, em 19 de agosto, iniciaram uma Escola Dominical. A organização da Igreja Evangélica, posteriormente denominada Igreja Fluminense, ocorreu em onze de julho de 1858, constituída de britânicos, portugueses e um brasileiro, Pedro Nolasco de Andrade, batizado no dia da organização da Igreja.

Robert Kalley lançou-se à publicação de artigos e obras traduzidas, venda e distribuição de bíblias, livros e folhetos nas casas, lojas e oficinas, além das atividades nos lares, com ênfase especial no socorro e atendimento aos enfermos. Seu trabalho teve início com os estrangeiros residentes em Petrópolis.

Seu proselitismo e a conversão de senhoras da nobreza (LÉONARD, 1981: 51), gerou sérios problemas para Kalley, que passou a ser perseguido abertamente. Na primeira dificuldade, em maio de 1859, foi proibido de exercer sua profissão, o que o obrigou a fazer exames de convalidação de seus diplomas.

Na segunda investida, iniciada em julho do mesmo ano, sob a alegação que a tolerância religiosa garantida pela Constituição Brasileira não era tão plena que admitisse a propaganda de doutrinas contrárias à religião do Estado, foi sugerido sua saída de Petrópolis ou a interrupção de suas atividades religiosas, além de solicitar esclarecimentos sobre a veracidade de sua expulsão das Ilhas da Trindade e Madeira.

Em sua defesa Kalley elaborou onze questões relativas à liberdade religiosa permitida no país, relacionando-as com suas atividades, e encaminhou a três conceituados juristas do Império, cujos pareceres, totalmente favoráveis, foram enviados às autoridades, juntamente com a descrição do culto que realizava. O Governo, por sua vez, concordando ou não com os pareceres dos três juristas, não levou adiante a querela, eximindo qualquer dos participantes, autóctones ou não, de culpa por partilhar desses cultos domésticos ou até mesmo de praticá-los em suas casas. Este é considerado por muitos o precedente jurídico que possibilitou e consolidou a implantação das atividades protestantes e sua atividade proselitista voltada aos brasileiros. No desfecho desta crise, já estabelecida a Igreja Fluminense, começam a chegar os pioneiros das demais igrejas de missão (ROCHA, 1941:

100-101).

No mesmo período acentua-se a ação de oposição à modernidade que delineou o pontificado de Gregório XVI (1831-1846), crítico das “liberdades modernas” - liberdade de consciência, a liberdade de imprensa e o liberalismo político e econômico -, condenando os esforços e tentativas do catolicismo liberal para conciliar o catolicismo “às exigências e os ideais da civilização do século”. Reafirmou a doutrina sobre as relações da Igreja Católica com o Estado que reserva aos príncipes o dever primordial de defender a religião romana. Posicionamento que foi mantido e ampliado durante a longa permanência de Pio IX (1846-1878) à frente da Sé romana, apoiando-se na ala mais radicalmente ultramontana da Companhia de Jesus, assumindo, deliberadamente, os ideais opostos aos da modernidade.

Tal conjunto de medidas visava combater “tantos males deploráveis, tão detestáveis opiniões, tantos erros e tantos princípios absolutamente opostos à religião católica e à sua doutrina” representadas pela liberdade de consciência e de pensamento, a confiança no homem e, em sua razão, a crença de que todo o poder emana do povo e outros que constituem os pilares em que se assenta a laicização da vida, ideal insubstituível do pensamento liberal dos séculos XVIII e XIX (BARROS, 2004: 378-379).

No Brasil, as ideias e posicionamentos ultramontanos fizeram eco ainda no primeiro reinado e desenvolveram-se na medida em que uma nova geração de clérigos começa a constituir-se, no lento processo de renovação da hierarquia católica nacional, que desponta a partir da década de 1840 e logo se fez sentir na configuração de um episcopado mais afinado com as diretrizes de Pio IX, que cultivava a estreita obediência e a fidelidade à ortodoxia católica romana, dentre os

quais dois personagens logo se destacariam: os bispos Antônio Gonçalves de Oliveira (Vital) e Antônio de Macedo Costa, protagonistas da Questão dos Bispos (1872-1875).

Se em sua atuação política Tavares Bastos exerceu o “apostolado do progresso”, no campo religioso em (re)configuração, Kalley foi o “apóstolo” da fé protestante no Brasil, pioneiro na implantação de uma estrutura social/religiosa não católica entre nós.

Em seus campos de atuação, utilizaram artigos em jornais para defenderem suas ideias e confrontarem seus opositores, sendo identificadas articulações temáticas como a questão da liberdade religiosa, da imigração e o desenvolvimento / progresso nacional.

Apesar de contemporâneos (Kalley permaneceu no Brasil até 1876, ano do sepultamento de Tavares Bastos), reconhecidos propagadores e defensores do discurso de modernidade que naquele momento se construía entre nós, e contassem com amigos e opositores comuns, não se pode afirmar que Tavares Bastos e Kalley tenham desenvolvido um relacionamento pessoal, apesar das inúmeras evidências do contato e troca de influências em suas redes de sociabilidades. Na falta de elementos que comprovem o contato pessoal direto, resta-nos, então, o discurso modernizante como elemento de ligação.

Cada qual em sua seara: Tavares Bastos no campo político, em sua defesa e propagação dos ideais do progresso nacional; Kalley no campo religioso em construção, em meio às disputas que marcaram a inserção do protestantismo e sua busca por espaço, reconhecimento e legitimação, com forte atuação social; ambos imbuídos do propósito de ver instaurado no Império brasileiro os pressupostos da era moderna, pelo viés da articulação entre protestantismo e o progresso.

O aspecto religioso teve peso

preponderante nos debates sobre os projetos de modernização no país, na maioria das vezes de forma enviesada ou indireta. O progresso era desejado e estimulado. A chegada de técnicos e seus instrumentos, equipamentos e máquinas era celebrada e cercada de solenidades e formalidades, pois representavam a superação do atraso e a chegada e/ou ampliação da civilização. A desconfiança, contudo, persistia, em relação aos aspectos culturais, estes menos visíveis e controláveis que as *ingresias*. Dentre eles, os aspectos religiosos de orientação protestante, tidas como ameaças à religião oficial.

Problematização

O protestantismo, inicialmente, não contava localmente com base de apoio significativa no meio político. Seu capital simbólico era ainda limitado ao pensamento muito difundido de sua íntima relação com a modernidade e do sucesso das nações de maioria protestante em termos de civilização e progresso. A considerável influência intelectual francesa, aliada ao pensamento político inglês, dispôs parte da intelectualidade nacional a reconhecer nos princípios protestantes profundas semelhanças com o liberalismo político e econômico, e com a modernidade que desejavam ver implantada.

O protestantismo, em sua identificação com a modernidade, contrastava com o modelo católico, principalmente por sua valorização do indivíduo, que se manifestava inclusive em suas relações com o sagrado, cabendo-lhe o decidir-se e definir-se por uma ética religiosa que se refletiria nos aspectos sociais, políticos e econômicos. Enquanto o catolicismo almeja a manutenção da “cristandade” nacional, tendo a catolicidade como peculiaridade, característica intrínseca do povo brasileiro, um projeto público e uma cultura eclesial, o protestantismo apresentava-se como a opção para o

cidadão que começa a reconhecer-se e afirmar-se moderno, aquele que busca libertar-se das amarras das imposições e determinações coletivas que não são fruto de um concerto social.

A associação do protestantismo com a modernidade e o progresso recebeu inestimável suporte do contingente de estrangeiros que circulou e fixou-se no Brasil no período Imperial, destacando-se os ingleses desde 1808, com a chegada da Corte portuguesa. Exceto por alguns grupos específicos, não há como precisar quantos desses imigrantes e viajantes importaram alguma forma de prática protestante. Porém, diante das críticas e questionamentos da hierarquia católica sobre a condução do processo de imigração e a existência de expressiva massa de relatos de divergências religiosas envolvendo estrangeiros, é seguro pensar que se tratava de parcela majoritária.

A condição de religião oficial era entendida como monopólio do sagrado assegurando-lhe intervir em suas diversas esferas de experimentação e articulação. O modelo protestante se estabelece sob a ótica do mercado aberto onde a adesão de fiéis se dá por opção pessoal, individualizada, na esfera privada. Ao significativo interesse pelo aspecto moderno do protestantismo não correspondeu grande adesão à sua forma de fé e prática.

Como o protestantismo não contava com uma base de sustentação política que fosse além da identificação com os postulados que lhe conferiam alinhamento com a modernidade, a maçonaria, com sua vasta representação política, e sua luta contra o clericalismo a favor das liberdades individuais, inclusive a liberdade de crença e organização religiosa, encampou o projeto protestante de liberdade religiosa. Parceria que forneceu munição à hierarquia católica para renovar seus ataques, agora pela insólita associação, o que gerou desconfortos e constrangimentos às

lideranças protestantes, uma vez que ainda hoje existem ressalvas e resistências à maçonaria no protestantismo brasileiro.

Foi em torno da Maçonaria que se desenvolveu a Questão dos Bispos na década de 1870, arrastando a governação imperial para um confronto aberto com o episcopado. Na ocasião, os compromissos de apoio e fidelidade aos projetos ultramontano e regalista foram medidas e tornadas públicas.

Do conflito, não se pode dizer que houve vencedores, ainda que tenha ficado evidente a decisão governamental de não transigir quando desafiado em sua autoridade soberana. Daí deriva, segundo entendemos, a forma como a queda do regime monárquico foi recebida pelo episcopado como algo que não lhes dizia respeito e, para alguns, representou a libertação da Igreja Católica de seu cárcere de ouro.

Considerações Finais

Partimos do pressuposto de que a modernidade, entendida como processo complexo e multifacetado, foi experimentada e vivenciada de forma lacunar e contraditória no oitocentos brasileiro. Como chave interpretativa do recorte temporal que nos interessa, o terceiro quarto do século XIX, mais precisamente de 1855 à 1876, recorreremos aos conceitos de “espaço de experiência”¹ e “horizonte de expectativa”².

¹ Espaço da Experiência - Koselleck defende que a experiência é o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados. Na experiência se fundem tanto a elaboração racional quanto as formas inconscientes de comportamento... Nesse sentido, também a história é desde sempre concebida como conhecimento de experiências alheias (2006: 309).

² Horizonte de Expectativa - Algo semelhante se pode dizer da expectativa: também ela é ao mesmo tempo ligada à pessoa e ao interpessoal, também a expectativa se realiza no hoje, é futuro presente, voltado para o ainda-não, para o não experimentado, para o que apenas pode ser

A experiência colonial certamente despertava em muitos seguimentos da sociedade alguma forma de expectativa em relação ao futuro. Até a chegada da família real portuguesa ao Brasil em 1808, o hiato entre experiência e expectativa era mínimo, ainda que aspirações modernizantes e de libertação das amarras que impediam o progresso do país pudessem ser identificadas.

O conjunto de acontecimentos iniciados com o Período Joanino e que se estenderam até a Maioridade, produziu o rompimento com a continuidade da experiência política e social, possibilitando mudança de atitudes, despertando novas expectativas em relação ao futuro nacional. Muitos foram os aspectos do cotidiano que sofreram alterações bruscas com as novas experiências. Contudo, não seria reducionista, afirmar que as principais transformações foram de ordem política e estatal. Não ocorreram profundas alterações em termos de modernização das relações sociais, das condições de trabalho, dos direitos civis e da cidadania. Mesmo assim, “sobretudo lá onde em uma geração o espaço de experiência foi como que dinamitado, todas as expectativas tinham que se tornar inseguras e novas precisavam ser criadas” (KOSELLECK, 2006: 315).

Ainda que passado e futuro jamais possam coincidir, nem a expectativa derive totalmente da experiência, o novo estabeleceu-se na história brasileira com os acontecimentos de 1808, superando a constante presença do passado em nossa experiência, instaurando a possibilidade de um futuro completamente novo, em forma de prognósticos e expectativa, pois “o que estende o horizonte de expectativa é o espaço de experiência aberto para o

previsto. Esperança e medo, desejo e vontade, a inquietude, mas também a análise racional, a visão receptiva ou a curiosidade fazem parte da expectativa e a constituem. (KOSELLECK, 2006: 310).

futuro” (KOSELLECK, 2006: 313).

É a partir do Segundo Reinado que se veem mais claramente as transformações relacionadas ao progresso e ao moderno alcançando o cotidiano, tempo, também, em que se aprofundam os debates sobre os temas de ordem civil e social, para além do político, ampliando ainda mais o intervalo entre o espaço da experiência e o horizonte de expectativa, percepção que caracteriza o tempo moderno, pois só se “pode conceber a modernidade como um tempo novo a partir do momento em que as expectativas passam a distanciar-se cada vez mais das experiências feitas até então” (KOSELLECK, 2006: 314).

Cabe reconhecer que a “transição” para a modernidade não ocorreu de forma homogênea no Império, nem se estendeu a todas as camadas sociais ou campos de modo igualitário, sendo observadas clivagens considerando as características geográficas, sociais, culturais e econômicas vigentes, obrigando-nos a delimitar, exceto quando explicitado, nosso espaço de observação à província do Rio de Janeiro e, mais especificamente, a Corte.

Pode-se dizer que as estruturas sociais de longa duração – monarquia, escravidão e religião oficial – que tinham caráter formativo no espaço de experiência brasileiro até então, e, em grande medida, balizavam o horizonte de expectativa nacional, lograram sua permanência, enfrentando consistentes ataques durante todo o Segundo Reinado, quando todas serão extintas.

Especificamente no campo religioso, o projeto era aproximar o mais possível passado e futuro, experiência e expectativa, mantendo-se o catolicismo como guia e elemento constitutivo da

nacionalidade. Por outro lado, o protestantismo é inserido no contexto do novo e, como tal, pode ser associado ao progresso que se insinua, ao representar o reconhecimento da liberdade de consciência e a conseqüente liberdade de crença e organização religiosa fora do âmbito católico romano. Na segunda metade do século XIX se intensificarão os debates sobre a inserção protestante e suas articulações com os ideais da modernidade, marcadamente como elemento de progresso nas relações sociais e reconhecimento dos direitos civis e construção da cidadania.

Referências

BARROS, Roque Spencer M. de. **Vida Religiosa e Questão Religiosa**. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de.(org.). **História Geral da Civilização Brasileira. Tomo II, O Brasil Monárquico, Volume 6 – Declínio e Queda do Império**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. pp. 369-423.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio. 2006.

LÉONARD, Émile-Guillaume. **O Protestantismo Brasileiro: Estudo de Eclesiologia e de História Social**. Tradução de Lineu de Camargo Scützer. 2 Ed. Rio de Janeiro e São Paulo, JUERP/ASTE, 1981.

ROCHA, João Gomes da. **Lembranças do Passado**. 4 Volumes . Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Publicidade, vol. I, 1941, 384 p.; vol. II, 1944, 356 p.; vol. III, 1946, 333 p.; e UIECCB, Rio de Janeiro, RJ: vol. IV, 1957, 411 p.

TAVARES BASTOS, Aureliano Cândido. **Cartas do Solitário**. 3 ed. feita sobre a 2 ed. de 1863. São Paulo: Cia Editora Nacional; Brasília, INL, 1975. (Brasiliana, v. 115)

_____. **Os males do presente e as esperanças do futuro: estudos brasileiros**. 2ª ed. São Paulo: Cia Editora Nacional; Brasília: INL, 1976 (Brasiliana, v. 151)

VIEIRA, David Gueiros. **O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa**. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1980.